



208  
SL

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3**

**APELANTE: BANCO BMC S/A**

**APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. voto conjunto DAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM GRAVAME. BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE. SÚMULA Nº 92/STJ. EXTINÇÃO DA BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. ILÍCITO INEVITÁVEL. FORTUITO EXTERNO. AFASTABILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Julgamento conjunto das Apelações Cíveis nº 133.329-3, 133.334-4 e 133.317-3;
2. o caso dos autos encontra-se consubstanciado na Súmula nº 92 do Superior Tribunal de Justiça que apregoa: "*A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.*". É incontroverso que quando os apelados adquiriram o veículo não havia qualquer anotação de alienação fiduciária firmada entre a instituição financeira e VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA. Inclusive porque no Certificado de Registro do veículo já constava outro proprietário, alheio à relação jurídica firmada aqueles;
3. A circunstância concernente a possibilidade de haver sido suprimido fraudulentamente o gravame do Certificado de Registro do veículo, frise-se, o que não é imputado ao adquirente, não vem a afastar a incidência da referida Súmula à hipótese;
4. Interpretação da Súmula nº 479/STJ. As instituições bancárias respondem pela atividade prestada com defeito ou que se realize com pontos vulneráveis para o patrimônio do consumidor, a exemplo de um delito ou fraude cometida por um terceiro que usa documentos falsificados ou que se apresenta com perfil falso e obtém um empréstimo. Tal circunstância não isenta o banco de pagar pelos danos consequentes do ilícito porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído o requisito da externidade (estranha à atividade). Doutro lado, não haverá responsabilidade alguma para o banco quando a conduta delituosa que gerou o dano é por ele imprevisível e inevitável (fortuito externo). É a

1



289

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

hipótese dos autos. Apesar deste fato não obstaculizar a aplicação da Súmula nº 92 do STJ, tem ele o condão de inibir a condenação pelos danos advindos do ilícito à vítima;

6. Afastada a condenação do BANCO BMC S/A pelo pagamento dos danos morais, invertendo-se o ônus da sucumbência, mantendo-se, no entanto, a condenação do remanescente em relação a VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA que não apresentou recurso.

7. Apelações Cíveis de nº 133.329-3 e 133.334-4 improvidas. Apelação Cível nº 133.317-3 parcialmente provida.

**ACÓRDÃO**

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento às Apelações Cíveis de nº 133.329-3 e 133.334-4 e, por oportuno, dar parcial provimento à Apelação Cível nº 133.317-3, tudo em conformidade com os votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife/PE, 08 de outubro de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



212  
SO

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3**

**APELANTE: BANCO BMC S/A**

**APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO**

**BANCO BMC S/A**, ora apelante, ajuizou Ação de Busca e Apreensão, tombada no 1º grau sob o nº 001.2001.030140-3, contra **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, objetivando, em suma, a expedição de mandado a fim de reaver o veículo objeto do contrato, qual seja, "Marca: *FORD*; Modelo: *F-4000*; Ano: *1998*, CHASSI *9BFLF47G2WD001681*"; Cor: Branca; Placa: KLB6706", em virtude do inadimplemento da parcelas pertinentes. Realizadas as diligência de praxe, o bem foi apreendido com mercadorias em seu interior, conforme Auto de busca, Apreensão e Depósito de fls. 51 dos autos da AC 133.329-3.

No decorrer do processo, em paralelo, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** opuseram Embargos de Terceiro c/ Pedido de Antecipação de Tutela, em desfavor do **BANCO BMC S/A**, tombado sob o nº 001.2002.003781-4, intentando, em resumo, liminarmente: a) a.1. a suspensão da Ação de Busca e Apreensão, a.2. revogação da apreensão do veículo, a.3. decretação de indisponibilidade do bem e a.4. liberação das mercadorias; e, b) No mérito, b.1. a declaração de ineficácia do contrato de alienação fiduciária firmado entre o **BANCO BMC S/A** e **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, em virtude da sua condição de terceiro adquirente de boa-fé, b.2. a manutenção da posse direta, indireta e da titularidade da

*[Assinatura]*



272  
R

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

primeira embargante do veículo já referenciado, **b.3.** a manutenção junto ao DETRAN/PE do nome da primeira embargante como proprietária do veículo em questão e **b.4.** a desconstituição de qualquer gravame ou ônus, advindo do contrato de alienação fiduciária colacionado nos autos da Ação de Busca e Apreensão epígrafada. Alegaram ter adquirido o bem sem quaisquer ônus ou gravames de uma terceira pessoa, comprovando, inclusive, a transferência do automóvel para o nome da primeira embargante, efetivada junto ao DETRAN/PE.

Noutro momento, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** propuseram uma Ação de Indenização por Dano Material e Moral, cumulados com Lucros Cessantes, tombada sob o nº 001.2003.052827-6, contra o **BANCO BMC S/A, VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** e **FREDERICO JOSÉ AGUIAR**, sendo que este último foi excluído da lide na sentença. Argumentaram que a apreensão do veículo lhes trouxe danos de ordem material, posto que suas mercadorias foram apreendidas e, sendo perecíveis, findaram impróprias para o consumo e venda, além do que, ficaram impossibilitados de exercerem seu labor ante a ausência do automóvel para transporte de cargas. Requereram, assim, a condenação na indenização por tais danos, bem como, pelos danos morais, em razão do abalo à sua imagem.

Apensados os processos em virtude da conexão, por entender estarem devidamente instruídos, o MM. Juízo da 9ª Vara Cível da Capital os julgou simultaneamente, proferindo sentença única – às fls. 57/63 da Ação de Busca e Apreensão, fls. 215/221 dos Embargos de Terceiro e, fls. 319/325 da Ação Indenizatória, acima ventiladas.

Nela o magistrado de 1º grau julgou procedentes os Embargos de Terceiro, consolidando definitivamente a posse do veículo automotor descrito e caracterizado na inicial nas mãos dos embargantes, condenando a parte vencida (**BANCO BMC S/A e VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**) nas custas e honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

R



273  
SL

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Na mesma oportunidade, decretou a extinção da Ação de Busca e Apreensão, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, ante a ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, condenando a instituição financeira, autora, ao pagamento das custas e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

E, por fim, julgou procedente a Ação Indenizatória condenando os demandados no equivalente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de danos morais, com juros de mora e correção monetária a partir do evento danoso, tudo no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada um dos demandados, além de custas e honorários calculados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da indenização.

Essa sentença, por sua vez, teve como consequência 03 (três) apelações cíveis, de nº 133.329-3 (Ação de Busca e Apreensão, fls. 67/86), 133.334-4 (Embargos de Terceiro, fls. 225/242) e 133.317-3 (Ação Indenizatória, fls. fls. 319/347), todas interpostas pelo **BANCO BMC S/A** que, irresignado com a solução emprestada ao caso, pugna pela reforma *in totum* da decisão de 1ª instância, aduzindo que o julgador *a quo* não poderia ter declarado extinta a ação de busca e apreensão entregando a posse e propriedade do veículo aos terceiros ora apelados, uma vez que o contrato de alienação fiduciária em garantia foi firmado por pessoas civilmente capazes, teve objeto lícito e vontade livre das partes.

Segue argumentando que a comercialização feita pelos terceiros/apelados com o veículo objeto da contenda foi reconhecidamente irregular, envolta num esquema fraudulento, visando prejudicar o banco credor.

Requer, assim, a validação do contrato firmado entre o banco e o requerido na Ação de Busca e Apreensão, **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, uma vez que, através de suas cláusulas ficou expressamente reconhecida a certeza e liquidez do débito e a legalidade da propositura da ação de busca e apreensão.

df



274  
51

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ademais, por não ter dado causa aos prejuízos amargados pelos apelados, pede a sustação da sua condenação em danos morais.

**VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, na sua oportunidade, deixou transcorrer o prazo recursal *in albis*.

Contrarrazões de **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** às fls. 91/98, 247/254 e 352/359, nas Apelações Cíveis nº 133.329-3 (Ação de Busca e Apreensão), nº 133.334-4 (Embargos de Terceiro) e nº 133.317-3 (Ação Indenizatória), respectivamente.

É o que importa relatar.

À revisão. Remetam-se, conjuntamente, os autos dos processos aqui relatados ao Eminentíssimo Desembargador Revisor, a fim de possibilitar o julgamento simultâneo dos apelos.

Recife/PE, 19 de agosto de 2013.



**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



282

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3**

**APELANTE: BANCO BMC S/A**

**APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**VOTO**

Entendo que as pretensões recursais externadas pela instituição financeira apelante merecem guarida em parte.

Vejamos.

Afere-se, a partir da leitura dos autos, que o ora apelante, através de Contrato de Financiamento, com Alienação Fiduciária em Garantia, cedeu o bem descrito na atrial a **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** que, por sua vez, descumpriu o pactuado, ficando em mora com suas obrigações. Por essa razão, propôs a ação de busca e apreensão para reaver o bem dado em garantia.

Seguidamente ao deferimento da liminar e cumprimento da ordem de apreensão, com a oposição de embargos de terceiro, verificou-se que o veículo encontrava-se na posse (e propriedade) de uma terceira pessoa, os ora apelados, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA**, onde comprovaram documentalmente que haviam comprado o bem sem qualquer gravame, realizando a transferência de propriedade do veículo junto ao DETRAN competente, conforme se atesta às fls. 28, da AC 133.334-4. Propuseram os embargantes, também, ação indenizatória em razão dos supostos prejuízos sofridos.



283  
SL

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ora, *ab initio*, é possível afirmar que o caso dos autos encontra-se consubstanciado na Súmula nº 92 do Superior Tribunal de Justiça que apregoa: "*A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.*".

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assim se posicionou buscando tutelar a boa-fé do terceiro, considerando a impossibilidade prática de pesquisa nos Ofícios de Títulos e Documentos acerca da existência de registros contra o vendedor do veículo.

No caso dos autos, é incontroverso que quando os apelados adquiriram o veículo não havia qualquer anotação de alienação fiduciária firmada entre a instituição financeira e **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**. Inclusive porque no Certificado de Registro do veículo já constava outro proprietário, alheio à relação jurídica firmada aqueles.

A circunstância concernente a possibilidade de haver sido suprimido fraudulentamente o gravame do Certificado de Registro do veículo, frise-se, o que não é imputado ao adquirente, não vem a afastar a incidência da referida Súmula à hipótese.

Em suma, quer por fraude, quer por inércia do credor fiduciário, o fato de não constar qualquer anotação no Certificado de Registro do veículo adquirido torna não oponível a alienação fiduciária ao terceiro de boa-fé. Sobre o tema:

**AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO COMERCIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NÃO-ANOTAÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE. SÚMULA Nº 92/STJ.**

1. Recurso especial oposto contra acórdão que, com base na Súmula nº 92/STJ, asseverou que "o bem alienado fiduciariamente, de propriedade do credor fiduciário, pode por este ser reivindicado em embargos de terceiro, desde que o contrato de alienação fiduciária, no caso de veículo automotor, conste do registro do Departamento Nacional de Trânsito".
2. Estabelece a Súmula nº 92 desta Corte Superior: "A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor".
3. Agravo regimental improvido.

af





234

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

(AgRg no REsp 642.357/RN, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/02/2005, DJ 11/04/2005, p. 189)

Conforme destacou o juízo *a quo*, deverá o ora apelante (credor fiduciário), pois, em ação própria, voltar-se contra o devedor fiduciante de má fé para, diante dele, ressarcir-se, visto que, o terceiro de boa fé não pode ser prejudicado pela inércia da vítima, ficando impedido de livremente dispor do bem legalmente adquirido.

Por essas razões, não merece retoque a sentença que apreciou e julgou procedente a ação de embargos de terceiro, consolidando a posse e propriedade do bem em nome dos apelados, e extinguiu, via de consequência, a ação de busca e apreensão intentada pelo ora apelante. Igualmente, mantida deve permanecer a condenação da instituição financeira pelo pagamento das custas e honorários advocatícios nos percentuais definidos pelo juiz de piso, em ambas as ações.

Voto, portanto, pela improcedências dos apelos nº 133.329-3 e 133.334-4.

Por outro lado, quanto aos danos morais a que foi condenada, entendo que tem razão a instituição financeira em sua irresignação.

No que atine a responsabilidade civil das instituições financeiras pelos danos causados aos seus consumidores (ou potenciais consumidores), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao procedimento do art. 543-C do CPC (REsp nº 1.199.782/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011), firmou entendimento de que as instituições bancárias respondem objetivamente por danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, visto que tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. O julgado restou assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS

*[Assinatura]*



285

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.**

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido." (REsp 1.199.782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011)

Com fundamento em referido precedente, em 27/6/2012 a Segunda Seção dessa mesma Corte Superior editou a Súmula nº 479, de seguinte teor: *As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.*

Assim, somente nas hipóteses excludentes previstas no art. 14, § 3º, da Lei nº 8.078/90 é que ficaria afastada a responsabilidade objetiva das instituições financeiras por fraudes praticadas por terceiros e que sejam danosas aos consumidores, dentre as quais se encontra a culpa exclusiva de terceiro, consoante se colhe da dicção do inciso II do citado dispositivo:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

(...)

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Em outras palavras, os bancos respondem pela atividade prestada com defeito ou que se realize com pontos vulneráveis para o patrimônio do consumidor, a exemplo de um delito ou fraude cometida por um terceiro que usa documentos falsificados ou que se

285



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

apresenta com perfil falso e obtém um empréstimo. Tal circunstância não isenta o banco de pagar pelos danos consequentes do ilícito porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído o requisito da externidade (estranha à atividade).

Doutro lado, não haverá responsabilidade alguma para o banco quando a conduta delituosa que gerou o dano é por ele imprevisível e inevitável (fortuito externo).

Foi o que ocorreu *in casu*.

Não se trata daqueles casos corriqueiros em que a instituição financeira, negligentemente, “esquece” de incluir o gravame no Certificado de Registro do veículo.

Restou comprovado, nos autos, que havia um gravame no bem e que sua baixa foi ordenada fraudulentamente pelo Juiz de Direito da Comarca de Rondon/PA, Dr. Paulo César Pedreira Amorim, numa liminar em Ação Cautelar proposta por **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, em provável conluio com aquele magistrado.

A venda do veículo se deu logo após a fraude, passando por sucessivos compradores até chegar às mãos dos apelados. A instituição bancária nada podia fazer para evitar a ocorrência do ilícito.

Apesar deste fato não obstaculizar a aplicação da Súmula nº 92 do STJ, tem ele o condão de inibir a condenação pelos danos advindos do ilícito à vítima.

Inclusive, tenho ciência de que mencionado juiz respondeu a diversos processos administrativos junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, atinentes, exatamente, à matéria em análise, sendo, posteriormente, aposentado compulsoriamente pelo Pleno do seu respectivo Tribunal (Fonte: JusBrasil - <http://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/19517/tj-pa-tribunal-aplica-pena-de-aposentadoria-compulsoria-a-magistrado-que-respondia-a-pad>).

Assim, por tais escólios, nos autos da AC nº 133.317-3, afasto a condenação do **BANCO BMC S/A** pelo pagamento dos danos morais, invertendo-se o ônus da



287  
SL

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

sucumbência, mantendo-se, no entanto, a condenação do remanescente em relação a **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** que não apresentou recurso.

Diante de todo o exposto, meu voto é no sentido de dar parcial provimento ao apelo nº 133.317-3, para reformar parte da sentença, tão somente para afastar a condenação do **BANCO BMC S/A** pelos danos morais causados aos apelados, mantendo incólumes os demais termos do *decisum*. Custas e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa da Ação Indenizatória devidos pelos apelados à instituição financeira.

Improcedentes os demais apelos, nos termos anteriormente definidos.

É como voto.

Recife/PE de outubro de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

**1ª Câmara Cível**

**APELAÇÃO nº 133.329-3, 133.334-4, 133317-3**

**APELANTE: BANCO BMC S/A**

**APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA  
SILVA**

**Relator: Des. Roberto da Silva Maia**

**Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

**DESPACHO**

Inclua-se em pauta

Revisão em mesa.

Recife, 25 de setembro de 2013

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
Revisor